

O FENÔMENO DA GUERRA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DOS PARADIGMAS REALISTA E LIBERAL

THE PHENOMENON OF WAR IN THE INTERNATIONAL RELATIONS FROM THE REALIST AND LIBERAL PARADIGMS

Cristina Carvalho Pacheco¹

Instituto Nacional de Ciencia e Tecnologia para Estudos dos Estados Unidos
American University Center for Latin American and Latino Studies
Universidade Estadual da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
João Pessoa – Paraíba - Brasil

Raquel B. C. Leal de Melo²

Universidade Estadual da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
João Pessoa – Paraíba - Brasil

Wembley Lucena de Araújo³

Universidade Estadual da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
João Pessoa – Paraíba - Brasil

Resumo: O estudo do fenômeno da guerra ocupa lugar central na disciplina de Relações Internacionais (RI) desde o seu surgimento, tendo sido discutido sob diferentes perspectivas. O presente artigo se propõe a descrever o percurso dessa discussão nas principais vertentes teóricas dos paradigmas realista e liberal, começando por meio dos pensamentos clássico e moderno, que serviram como alicerce para o seu desenvolvimento, e chegando às perspectivas contemporâneas, que ganharam visibilidade no contexto internacional do pós-Guerra Fria.

Palavras-chave: Guerra. Realismo. Liberalismo.

Abstract: The study of the phenomenon of war is central in the discipline of International Relations (IR) since its inception, from where it has been discussed from different perspectives. This article aims at describing the route of this discussion in the main theoretical aspects of the realist and liberal paradigms, beginning with the classic and modern thought, which served as a basis for its development, until those perspectives highlighted in the post cold war period.

Key-words: War. Realism. Liberalism.

Recebido: 01/12/2015

Aprovado: 07/07/2016

Introdução

Este artigo se propõe a mapear o percurso das discussões sobre o fenômeno da guerra em diferentes vertentes dos paradigmas liberal e realista, começando por meio dos pensamentos

¹ crispacheco@gmail.com

² lmelo.raquel@gmail.com

³ wembley@gmail.com

clássico e moderno que serviram como alicerce para o seu desenvolvimento, chegando às teorias que ganharam visibilidade no contexto internacional do pós-Guerra Fria. O exame das teorias racionalistas sob esta perspectiva permite identificar pontos de contato e distanciamento entre elas, a partir de uma única categoria analítica: a guerra.

A realização deste trabalho dar-se-á por meio de aprofundada revisão da literatura especializada, utilizando-se dos argumentos basilares dos principais teóricos clássicos, além das contribuições mais contemporâneas. Percebe-se que ambas as perspectivas teóricas – realista e liberal – demonstram pontos conectos e afastados relevantes acerca da compreensão do fenômeno da guerra nas Relações Internacionais (RI). Destas interlocuções, emerge, contemporaneamente, o debate em torno do ressurgimento do liberalismo clássico que, por meio da tese da paz democrática, apresenta um consenso relativo à diminuição da possibilidade de guerra no sistema internacional.

Para tanto, em um primeiro momento, realizar-se-á uma breve exposição da visão da guerra nas perspectivas de Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Kant e Clausewitz, autores fundamentais para a compreensão da análise da guerra no sistema internacional pelas teorias realistas e liberais. Em um segundo momento, serão expostos os argumentos das perspectivas mencionadas, com foco inicial para o debate entre o realismo e o liberalismo clássico, buscando sintetizar as posições de Angell, Wilson, Carr, Morgenthau, Bull e Wight. Em seguida, o presente artigo mapeia a discussão sobre a guerra na visão de autores neorealistas e neoliberais (Waltz, Mearsheimer, Keohane, Nye e Martin). Em seguida, destacam-se as contribuições de algumas teorias contemporâneas à compreensão da guerra no cenário pós-Guerra Fria e faz-se uma breve comparação entre estas e as abordagens teóricas anteriores.

1. Breve exposição da questão da guerra nos teóricos clássicos das Relações Internacionais (RI)

Uma das primeiras obras incorporadas pelas RI a apresentar a temática da guerra foi a “A História da Guerra do Peloponeso”, escrita por Tucídides em 424 a.C., durante seu exílio em Atenas. Por ser considerado um conflito singular, apesar do arco cronológico que o separa da atual sociedade internacional contemporânea, ainda desperta o fascínio de estudiosos e pesquisadores, não somente das RI, mas também na história e na diplomacia, que resgatam o clássico de Tucídides como ponto de partida para a compreensão da guerra no sistema internacional (FUNARI, 2011, p. 19).

Tucídides escreveu a clássica obra em decorrência da perda de Anfípoles, durante seu

período como comandante das forças atenienses, finalizando, assim, um período no qual servira na qualidade de general de Atenas na Trácida. (BOBBIT, 2003, p. 19). A obra já continha elementos que se cristalizaram nas RI, tais como: a centralidade da *polis*, a preocupação com a sobrevivência, seu impacto no comportamento dos atores e as ideias de balança de poder e de formação de alianças militares.

Alguns séculos mais tarde, durante o período do Renascimento, Nicolau Maquiavel discutiu a questão da guerra em significativa obra para o pensamento realista, “O Príncipe”, considerada um marco do pensamento político moderno. De acordo com Maquiavel, “um príncipe deve, portanto, não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa para fazer, senão a guerra e sua organização e disciplina, porque essa é a única arte que compete a quem comanda” (MAQUIAVEL, *s.d.*, p. 73). Da concepção maquiaveliana, surge o raciocínio de que o verdadeiro príncipe é aquele que deve estar preparado, atenta e constantemente, para a guerra, pois esta é a única virtude que o mantém no posto em que se encontra.

Outra contribuição para o debate emerge dos postulados do inglês Thomas Hobbes, ao descrever o que ele chama de estado de natureza entre os indivíduos, caracterizado pela luta constante pela sobrevivência e pela permanente iminência de guerra de todos contra todos. De acordo com o Hobbes, neste estado “a condição de absoluta liberdade, como é a daqueles que não são súditos nem soberanos, é a anarquia e condição de guerra” (HOBBS, 2002, p. 258). Hobbes justifica, portanto, a existência de um Leviatã, representado pela ideia de um estado soberano e absoluto, erguido com base no poder, aos quais os súditos devem total obediência em troca de segurança. No sistema internacional, entretanto, os estados encontrar-se-iam, inevitavelmente, em um estado de natureza, tendo como consequência a anarquia e o princípio da soberania, ambos considerados pilares fundamentais do sistema.

Partindo de uma perspectiva normativa, Immanuel Kant considera a guerra uma ameaça à civilização e ao progresso cultural, defendendo, assim, a necessidade de se buscar uma “paz perpétua” e justa, no ambiente internacional, para além da mera ausência de guerra, alcançada, de tempos em tempos, no estado de natureza hobbesiano como resultado de um precário equilíbrio de poder (BOHMAN, LUTZ-BACHMANN, 1997, p. 12). Kant idealiza, inicialmente, a criação de uma república mundial, que consagra os direitos dos cidadãos e substitui o clássico direito das nações (direito internacional). Mais tarde, receando o potencial para o despotismo representado pela existência de um estado mundial, passa a sustentar que a paz seria alcançada por meio da inevitável propagação da estrutura institucional e legal de

uma “federação pacífica”, composta por estados republicanos independentes, em que cada um deles respeitaria os direitos básicos dos seus cidadãos e estabeleceria uma esfera pública em que as pessoas poderiam ser cidadãos do mundo, livres e iguais (BOHMAN, LUTZ-BACHMANN, 1997, p. 3).

De acordo com Carl Von Clausewitz (1996), a guerra é um contínuo com espaços de paz (tréguas), um ato de violência, cujo objetivo é forçar o adversário ou as forças opositoras a se submeter à vontade do vencedor. A guerra é, também, um ato político, “a continuação da política por outros meios” e condição fundamental da própria sobrevivência do Estado. Para o prussiano, a decisão de empregar este instrumento deve ser tomada pela autoridade política em causa, com base em um cálculo racional, com o intuito de alcançar algum objetivo específico (WILLIAMS, 2008, p. 153).

Tucídides, Maquiavel, Kant, Hobbes e Clausewitz formam as bases dos pensamentos clássico e moderno a despeito do fenômeno da guerra. Suas distintas interpretações se tornaram as fontes de entendimentos para a ação dos *policy-makers* diante da reordenação da política internacional ao longo dos séculos e motivo de preocupação de intelectuais e estadistas, marcadamente no imediato pós-Primeira Guerra Mundial. Na tentativa de explicar as suas causas, adquiriria fôlego uma nova ciência da Política Internacional e as percepções que se formavam naquele momento consubstanciaram-se em dois importantes paradigmas das Relações Internacionais – o Realismo e o Liberalismo.

2. A Guerra nas perspectivas realista e liberal

Uma das primeiras manifestações do paradigma liberal das Relações Internacionais consiste na obra de Norman Angell, “A Grande Ilusão”, publicada originalmente em 1910, na qual o autor sistematiza argumentos que sugerem a futilidade da guerra no sistema internacional. De acordo com Angell, o resultado líquido de uma guerra aparece quando, após um longo período durante o qual cada um dos competidores empregou esforços contra os seus opositores, os envolvidos percebem que os seus sacrifícios não contaram praticamente para nada (ANGELL, 2002, p. 3). Isto se deve ao fato de que, com o progresso tecnológico, o avanço das comunicações e a interdependência econômica entre os estados europeus no início do século XX, os prejuízos econômicos gerados no âmbito de um estado conquistado repercutiriam externamente, trazendo prejuízos, também, para o conquistador.

Neste contexto, diferentemente dos séculos anteriores, a expansão e o domínio trariam mais prejuízos do que vantagens para o Estado dominador. A guerra decorre da ilusão dos

Estados de que a conquista traz vantagens materiais para quem a pratica. No entanto, enquanto essa percepção perdura, a preocupação com a defesa e, conseqüentemente, com armamentos, tornam-se fundamental para os Estados, uma vez que a possibilidade de agressão continuará existindo. Percebe-se que o argumento angelliano se afasta do pacifismo e de uma suposição de interesses altruístas dos Estados, centrando-se no papel das ideias e da sua influência no comportamento dos atores estatais. Assim, para Angell, a única solução possível para o problema da guerra seria uma mudança no campo das ideias.

Consubstanciando com as percepções angelliana, a perspectiva internacionalista liberal ganha fôlego com os ideais do presidente estadunidense Woodrow Wilson. Com o fim da Primeira Grande Guerra, Wilson não mediu esforços para concretizar sua proposta de paz duradoura e de uma ordem internacional pautada em princípios e instituições capazes de evitar a recorrência de uma nova guerra. Seus principais pilares se calcavam na defesa da diplomacia aberta, do multilateralismo permanente e do mecanismo de segurança coletiva, todos encarnados na figura de uma organização política internacional de caráter universal – a Sociedade das Nações. Além destes, o princípio da autodeterminação dos povos e o livre comércio também compunham alicerces fundamentais para a manutenção da Ordem.

A proposta wilsoniana foi parcialmente acatada pelas nações vencedoras da Primeira Grande Guerra, com a criação da Liga das Nações, mas sofreu repetidos golpes – sendo o primeiro e decisivo a não participação dos Estados Unidos da América na recém-criada Organização por decisão do seu Senado Federal. Este fato, aliado ao não cumprimento, por parte das grandes potências, dos compromissos assumidos no Pacto da Liga das Nações, levaram ao fracasso da Organização, ao mesmo tempo em que um novo conflito começava a redesenhar as alianças e a delinear as novas relações no cenário internacional, materializando-se, posteriormente, na Segunda Guerra Mundial.

No período entre guerras, ganhou força o realismo clássico, a primeira das vertentes do paradigma realista das Relações Internacionais, no qual se destacam autores como Edward Carr, Hans Morgenthau e, posteriormente, Raymond Aron. Os realistas clássicos rejeitam as premissas liberais, consideradas normativas e distantes da realidade da política internacional. Para eles, o “idealismo” – como pejorativamente denominam a vertente liberal da época – é incapaz de explicar esta realidade ou de orientar os Estados na formulação de uma política externa bem sucedida, ou seja, que garanta a satisfação dos interesses nacionais, definidos em termos de poder e tendo como objetivo maior a sobrevivência. Na sua obra “Vinte anos de crise”, publicada originalmente em 1939, Edward Carr criticou a visão de Angell de que a

guerra somente ocorreria devido a uma percepção equivocada (uma ilusão) dos Estados.

Analisando o período entreguerras, Carr afirma que “o real significado da crise dos vinte anos é o colapso de toda uma estrutura utópica, baseada na harmonia de interesses” (CARR, 2001, p. 83). A harmonia de interesses se refere à coincidência entre os interesses individuais dos Estados e o interesse comum na paz. Ele pressupõe que os Estados, agindo com base nos seus interesses egoístas (vantagens materiais), acabariam por promover o interesse comum (paz), uma vez que o livre comércio seria a atividade mais lucrativa para todos.

Carr rejeita o pressuposto inerente à ideia de harmonia de interesses de que "as nações possuem um interesse idêntico na paz, e que toda nação que deseje perturbar a paz é, portanto, irracional e imoral". Para Carr, o sistema internacional é marcado pela oposição de interesses entre as potências do *status quo*, de um lado, com interesse na manutenção das suas posições privilegiadas de poder e, portanto, da situação vigente, e os estados revisionistas (os *underdogs*), que buscam subverter o *status quo* em que são desfavorecidos e obter um novo equilíbrio de poder que os favoreça por meio do recurso à força. Assim, a guerra é um elemento permanente da política internacional e poderá ocorrer sempre que os Estados revisionistas tenham ou calculem ter condições de subverter a configuração de forças vigentes.

Da mesma forma, Morgenthau, em sua obra, “A Política entre as Nações”, publicada em 1948, vê a guerra como uma possibilidade constante no sistema internacional, em razão da natureza egoísta e autointeressada dos Estados. Partindo do pressuposto de que os Estados definem seus interesses em termos de poder, as suas ações no meio internacional anárquico visam sempre à manutenção, ao aumento ou à demonstração de poder. A guerra, portanto, é um recurso eficaz para evitar uma reconfiguração de forças no sistema internacional (manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, do poder de quem o detém), para a expansão – especialmente do poder militar – de um Estado ou para a demonstração de força, visando à aquisição ou afirmação de prestígio internacional. Desta forma, a guerra e a diplomacia são duas faces de uma mesma moeda, mas a segunda somente pode alcançar uma paz precária (ausência de guerra) desde que os diplomatas e estadistas não ignorem as leis da política, dentre as quais a de que a moral internacional consiste unicamente na defesa do interesse nacional.

Raymond Aron, sociólogo francês, cuja visão da política internacional também pode ser associada ao Realismo Clássico, na obra “Paz e Guerra entre as Nações”, publicada em

1962, identifica tanto raízes biológicas e psicológicas da guerra (natureza humana agressiva), como raízes sociológicas, concentrando-se nos elementos sociais (desejo de posse e competição pelo melhor lugar) para explicar o fenômeno. Para o teórico francês, “a guerra é o choque de condutas organizadas, uma prova de força entre ‘equipes’, a que cada uma das quais pretende levar a melhor sobre a outra mediante a multiplicação do vigor de cada combatente pela disciplina do conjunto” (ARON, 2002, p. 448). A guerra é, portanto, um fenômeno específico provocado pelas coletividades que se defrontam (ARON, 2002, p. 441). Nesse sentido Aron conclui que,

(...) a partir da agressividade animal, do amor-próprio humano e da coerência tribal, as sociedades desenvolvem ao mesmo tempo instrumentos de produção e de guerra; elaboram as relações diplomático-estratégicas que não podem evitar e que nenhuma conseguiu dominar de modo duradouro. É assim que nasce, aparentemente, a fatalidade histórica da guerra: incertas dos seus limites e da sua solidariedade interna, as unidades políticas não podem deixar de alimentar suspeitas e não podem deixar de se combater de tempos em tempos (ARON, 2002, p. 454).

Paralelamente a essas concepções teóricas, uma comunidade de intelectuais que posteriormente ficou conhecida como “A Escola Inglesa” nascia como uma via intermediária entre o realismo e o internacionalismo liberal, apresentada pela obra de seu principal teórico, Hedley Bull, “A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial”, publicada em 1977.

De acordo com Bull, a guerra é uma violência organizada e promovida pelas unidades políticas de uma sociedade internacional (BULL, 2002, p. 211). O autor australiano centra sua análise na existência de uma ordem, ainda que precária, no sistema internacional, a qual sustentaria os objetivos comuns da sociedade de Estados, hierarquicamente definidos como a manutenção da sociedade internacional, além da possibilidade de manutenção das soberanias individuais. Deste ponto, a guerra seria legitimada quando feita em defesa destes objetivos, respeitando a sua ordem hierárquica.

Ademais, reconhecendo a precariedade da Ordem e a presença de elementos da tradição realista na política internacional, Bull possibilita, também, a compreensão da guerra em diferentes momentos históricos, como forma de os Estados defenderem os seus interesses egoístas, definidos em termos de poder. Se, de um lado, a guerra continua a ser vista como determinante fundamental do sistema, de outro, a sociedade internacional é compelida a restringir o direito dos Estados de provocar guerra. Desta concepção, Martin Wight, outro teórico de destaque dessa corrente, sustenta que a guerra é fruto da política de poder, ou seja,

sua origem se encontra nas decisões produzidas pelos governos e, muitas vezes, nas paixões dos povos, impulsionados pelos relacionamentos de poder (WIGHT, 2002, p. 135).

Kenneth Waltz, um dos principais representantes da teoria neorealista, apresentada a seguir, publicou, em 1959, o livro “*Man, the state and war*”, em que tratou das causas da guerra, situando-as em três diferentes níveis de análise ou imagens, assim definidas: o nível dos indivíduos (primeira imagem), o nível dos Estados (segunda imagem) e o nível do sistema (terceira imagem). No primeiro nível de análise, as guerras seriam atribuídas à natureza ou à personalidade de determinados líderes estatais – por exemplo, as ambições de Hitler, no caso da Segunda Guerra Mundial – ou à natureza humana em geral; no segundo nível de análise, as causas da guerra teriam raízes na natureza e atributos dos Estados, o que daria suporte, por exemplo, ao argumento de que as democracias são mais pacíficas entre si.

No terceiro nível, para Waltz, o mais importante nível de análise, a guerra estaria relacionada à natureza do sistema internacional, determinada pela anarquia e pela distribuição de capacidades entre as suas unidades (Estados). Na ausência de uma autoridade central, capaz de garantir a segurança, os Estados soberanos são levados, muitas vezes, à guerra, com o objetivo de garantir a própria sobrevivência.

Situar as causas da guerra no nível sistêmico significa dizer que, independentemente dos atributos dos indivíduos ou dos Estados, ela continuaria sendo uma constante no sistema internacional de Estados soberanos. Dessa forma, as causas situadas no primeiro e no segundo níveis de análise teriam importância secundária, na medida em que pudessem explicar guerras específicas, mas não explicariam a regularidade deste fenômeno no meio internacional.

No final da década de 1970, o neorealismo ganhou força nas Relações Internacionais, apresentando-se como uma teoria científica e estrutural, uma vez que as explicações para o comportamento dos Estados e para as interações entre eles residem na natureza da estrutura internacional. Com isso, distanciou-se do realismo clássico. Em 1979, Waltz apresentou uma proposta mais elaborada dessa teoria, na obra “*Teoria das Relações Internacionais*”. Do argumento de Waltz, conclui-se que, enquanto a anarquia explica a regularidade da guerra no sistema internacional, a distribuição das capacidades entre os Estados – elemento determinante para definir a estrutura como bipolar ou multipolar – está diretamente relacionada à maior ou menor instabilidade do sistema. Logo, para o autor, os sistemas bipolares seriam mais estáveis do que os sistemas multipolares.

Emergindo de uma perspectiva neorealista ofensiva, John Mearsheimer argumenta que a estrutura internacional impele os Estados à maximização do poder em relação aos outros,

como forma de garantir a sua autodefesa. Algumas vezes, eles podem ver na agressão a otimização do acúmulo de poder, a expensas de seus rivais (MEARSHEIMER, 1998, p. 10).

Os prospectos de integração regional na Europa, bem como o arrefecimento da intensidade da Guerra Fria, por meio da política de dissuasão adotada pelas superpotências após a crise dos mísseis, ocorrida em 1962, fortaleceram as vozes liberais na Academia de Relações Internacionais. Apesar das premissas comuns ao paradigma, esses novos liberais buscaram se distanciar dos liberais clássicos e das críticas a eles dirigidas. Assim, diferentemente dos primeiros, preocupados em entender o fenômeno da guerra, visando ao encontro de meios de evitá-la, os neoliberais se aproximam dos neorealistas, ao reconhecerem a natureza conflituosa e competitiva da política internacional e a probabilidade de guerras, especialmente no campo da segurança, como uma constante no sistema internacional.

A partir da noção de interdependência complexa (KEOHANE; NYE, 2012) e da visão acerca do papel das instituições internacionais (KEOHANE; MARTIN, 1995) como intermediador-facilitadores nos processos de negociação e barganha entre os Estados, os neoliberais se posicionam de forma mais otimista do que os neorealistas quanto às probabilidades da cooperação internacional, mesmo na anarquia, especialmente em áreas como a economia e o meio ambiente e sob determinadas condições. Considerando que o foco desta vertente teórica liberal é a possibilidade de cooperação e não a guerra, é pequena a sua contribuição para a presente discussão.

Uma contribuição muito mais robusta do paradigma liberal à discussão sobre a guerra no sistema internacional pode ser atribuída à teoria da paz democrática, cuja perspectiva demonstra a evidência do ressurgimento do liberalismo clássico nesta discussão.

3. O Pós-Guerra Fria e as visões sobre o fenômeno da guerra: Um resgate do liberalismo clássico?

No pós-Guerra Fria, duas tendências vislumbradas no cenário internacional abriram novos caminhos para as discussões sobre a guerra, possibilitando, em certa medida, o resgate do pensamento liberal clássico das Relações Internacionais. A primeira está relacionada a um crescente consenso internacional em torno da democracia liberal e das normas de direitos humanos e a sua articulação com a noção de segurança internacional. A segunda consiste na diminuição do risco de conflitos interestatais, ao mesmo tempo em que os conflitos intraestatais se tornaram uma grande preocupação da comunidade internacional.

O aparente consenso em torno da democracia liberal suscita uma discussão que ganhou

grande visibilidade nos meios acadêmicos e políticos, levantada pelos liberais republicanos, responsáveis pelo desenvolvimento da teoria da paz democrática. Nesta teoria, o dilema da guerra é abordado por meio da discussão sobre a pacificidade das democracias e da defesa dos regimes democráticos liberais, como forma de minimizar as chances de guerra no sistema internacional.

De origem kantiana, a chamada teoria da paz democrática ressurgiu no início dos anos 1980, englobando uma série de trabalhos e se caracterizando, especialmente, pelo grande número de estudos quantitativos de natureza empírica, que buscavam demonstrar estatisticamente a hipótese da pacificidade entre as democracias liberais. Doyle (1986) sugere que, à medida que a cultura liberal progride, avança, também, o entendimento acerca dos direitos legítimos de todos os cidadãos. Desse modo, os Estados democráticos liberais se percebem mutuamente justos em relação à suas respectivas sociedades e criam expectativas de que este comportamento se repita no meio externo.

Por outro lado, estes mesmos Estados assumem que Estados não liberais, cujos governos não repousam no livre consentimento popular e estão em permanente vigília de guerra com o seu próprio povo também repetirão este comportamento agressivo nas suas relações externas. Assim, as democracias liberais se beneficiam mutuamente de uma presunção de amizade, enquanto manifestam uma presunção de inimizade em relação aos regimes não democráticos (não liberais). Por isso, Doyle argumenta que

[e]ven though wars often cost more than the economic return they generate, liberal republics also are prepared to protect and promote – sometimes forcibly – democracy, private property, and the rights of individuals overseas against non republics, which, because they do not authentically represent the rights of individuals, have no rights to no interference (DOYLE, 1986, 1161).

Além do argumento normativo, a tese da paz democrática também é explicada por meio de um argumento estrutural. Neste sentido, Siverson (1995) afirma que a natureza participatória das instituições políticas democráticas representaria um constrangimento institucional aos líderes políticos, devido à indisposição da população para a guerra em si e para seus dispêndios. Por temerem alguma punição *a posteriori* – como a derrota nas próximas eleições – os governantes, então, procurariam adotar políticas que não contrariassem os seus cidadãos.

Unindo estes dois argumentos, Risse-Kappen (1995) procura explicar o comportamento dual das democracias por meio de uma interpretação construtivista da tese liberal. Concentrando-se no aspecto normativo e, partindo da ideia de percepção, explica

que os padrões de amizade e inimizade das democracias são socialmente construídos, como resultado do aprendizado proporcionado pela interação entre os Estados, da qual se infere agressividade ou pacifismo a partir da estrutura doméstica de cada um.

Assim, as democracias vêem os demais Estados como “eles” – autoritários – ou “nós” – outras democracias. No caso destas últimas, as normas orientadas para o compromisso político e a não violência se externalizam, servindo, portanto, para facilitar a comunicação das intenções pacíficas entre líderes democráticos, todos socializados naquelas mesmas normas. A presença de estruturas domésticas democráticas levaria os Estados a uma identificação coletiva que reduziria a relevância do “dilema de segurança” realista, na medida em que geraria a confiança mútua entre democracias. Isto diminuiria o medo da “trapaça” (*cheating*), invalidando, portanto, o argumento sobre a inocuidade dos ganhos absolutos – que supostamente seriam incapazes de impedir a conduta agressiva esperada em um ambiente anárquico internacional, mesmo que por motivos defensivos.

Em contrapartida, a presunção de inimigo potencial cria um mundo anárquico nos moldes realistas, quando se trata da interação das democracias com regimes autoritários. Neste caso, ainda que a cooperação seja possível, problemas de ganhos relativos e deserção provavelmente prejudicarão os arranjos cooperativos entre democracias e não democracias.

É importante observar, entretanto, que a tese ora discutida *não* se aplica aos regimes em transição democrática, como ressaltam a maioria dos teóricos. Snyder e Mansfield (1999) afirmam que os acontecimentos do mundo contemporâneo mostram que a democratização incipiente ou parcial pode proporcionar o aumento do nacionalismo beligerante e da guerra. Isto sugere, portanto, que a paz democrática é possível somente entre democracias liberais consolidadas. Como argumentam os autores,

(...) countries do not become mature democracies overnight. More typically, they go through a rocky transitional period, where democratic control over foreign policy is partial, where mass politics mixes in a volatile way with authoritarian elite politics, and where democratization suffers reversals. In this transitional phase of democratization, countries become more aggressive and war-prone, not less, and they do fight wars with democratic states (SNYDER e MANSFIELD, 1999, p. 221).

A teoria da paz democrática teve grande apelo político no cenário internacional do início dos anos 1990, com o fim do conflito Leste-Oeste e a onda de democratização que se observou a partir de então. A percepção de que regimes democráticos liberais levariam a um ambiente internacional mais estável e seguro teve grande impacto no modo como a

ONU passou a tratar o problema dos conflitos intraestatais e dos Estados falidos ou colapsados no pós-Guerra Fria.

As diferenças entre os conflitos interestatais e intraestatais podem ser entendidas com base no argumento de Mary Kaldor (2007), que elabora uma divisão conceitual entre novas e velhas guerras. Estas últimas seriam as guerras abordadas pelos realistas e liberais, que estão intimamente ligadas à construção e evolução do estado moderno (KALDOR, 2007, p. 17).

As novas guerras devem ser entendidas no contexto do processo de globalização e da erosão da autoridade do Estado – até mesmo da sua desintegração, em alguns casos – e, em particular, de erosão, de baixo para cima, do monopólio legítimo da força. Diante dos argumentos de Kaldor, as novas guerras provêm de novas formas de poder que ameaçam o poder estatal, gerando um novo fenômeno contemporâneo dotado de novas características e novas formas de identidade política (KALDOR, 2007, p. 73).

Apesar de Kaldor tratar de novas guerras, a sua prescrição para a resolução deste tipo tem suas bases em uma visão cosmopolita kantiana, que passa, dentre outras provisões, pelo estabelecimento do estado de direito, fundamentado em valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, o que parece ser nada mais do que o transbordamento dos valores liberais republicanos de origem kantiana – presentes nas perspectivas dos liberais clássicos e dos teóricos da paz democrática – para um nível supraestatal.

Conclusão

Este trabalho buscou mapear o debate teórico sobre o fenômeno da guerra à luz dos paradigmas realistas e liberais nas RI. A sistematização do percurso desta discussão permitiu diagnosticar pontos de contatos e distanciamentos entre as distintas perspectivas teóricas. Evidenciou-se, a partir da discussão empreendida, o resurgimento do liberalismo clássico, em um contexto marcado por atores não estatais e ações transnacionais que põem em cheque a centralidade dos Estados enquanto entes capazes de controlar as suas fronteiras e seu poder diante da iminência da guerra.

As perspectivas realistas e liberais aqui discutidas têm em comum uma concepção de guerra tradicional, de caráter estatocêntrico. Por outro lado, ambas divergem quanto ao papel das instituições internacionais no sentido de facilitar a cooperação entre os Estados, o que implica a redução à guerra como continuação da política por outros meios. Também divergem quanto à possibilidade de que as democracias diminuam a possibilidade de guerra no sistema internacional, uma vez que, para os realistas, as ações dos Estados e as suas interações são

orientadas pelo interesse, definido em termos de poder e de segurança e constrangidas pela estrutura internacional. Assim, a ocorrência de guerras é uma constante e independente dos atributos das unidades (Estados), como argumentam os neorealistas.

No período Pós-Guerra Fria, a conjuntura internacional produziu novas visões acerca da natureza da guerra. O estudo das novas guerras se torna essencial em um contexto internacional de globalização, em que o papel do Estado e a sua capacidade de lidar com conflitos não tradicionais são frequentemente questionados. O século XXI vem testemunhando conflitos típicos de uma era de globalização e de identidades transnacionais, que demandam uma nova compreensão do fenômeno da guerra – as novas guerras.

Isto não significa, entretanto, que as visões tradicionais tenham perdido o seu valor. Se por um lado as resoluções das novas guerras estão ancoradas nos pensamentos cosmopolitas e democráticos; por outro, as velhas guerras não parecem ter ficado no passado, muito pelo contrário, continuam sendo uma possibilidade real nas complicadas e tumultuadas relações interestatais no mundo contemporâneo.

Referências

- ANGELL, Norman (2002). **A grande ilusão**. Brasília: Ed. UnB.
- ARON, Raymond (2002). **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Ed. UnB.
- BOBBITT, Philip (2003). **A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações**. Rio de Janeiro: Campus.
- BOHMAN, J.; LUTZ-BACHMANN, M., Ed. (1997). **Perpetual Peace: Essays on Kant's Cosmopolitan Ideal**. Massachusetts: The MIT Press.
- BULL, Hedley (2002). **Sociedade anárquica**. Brasília: Ed. UnB.
- CARR, E. H. (2001). **Vinte Anos de crise 1919-1939**. Brasília: Ed. UnB.
- CLAUSEWITZ, Carl Von (1996). **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes.
- DOYLE, M. (1986). Liberalism and World Politics. **The American Political Science Review**, 80 (4): 1151-1169.
- FUNARI, Pedro P. (2011). **Guerra do Peloponeso**. In MAGNOLI, Demétrio (org). **História das Guerras**, 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 19-45.
- HOBBS, Thomas (2002). **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Ed. Martin Claret.
- KALDOR, Mary (2007). **New and Old Wars: organized violence in a global era**. 2nd ed. Stanford: University Press.
- KANT, Immanuel (2008). **A paz perpétua: um projeto filosófico**. Covilhã: Universidade de

Beira do Interior.

KEOHANE, Robert; MARTIN, Lisa (1995). The promise of international theory. **International Security**, 20 (1): 39-51.

KEOHANE, Robert; NYE Jr., Joseph (2012). **Power and Interdependence**. 4th ed. London: Pearson..

MAQUIAVEL, Niccolò. (s/d). **O príncipe**. São Paulo: Editora Escala.

MEARSHEIMER, John J. (1994). The false promise of international institutions. **International Security**, 19 (3):. 05-49.

_____. (1998). Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. In BROWN, Michael E.; OWEN, R. Coté; LYNN-JONES JR., Sean M.; MILLER, Steven E. (orgs.). **Theories of War and Peace: an international security reader**. Cambridge: The MIT Press.

MORGENTHAU, Hans J. (2003). **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Ed. UnB.

RISSE-KAPPEN, Thomas (1995). Democratic peace: warlike democracies? A social constructivist interpretation of the liberal argument. **European Journal of International Relations**, 1 (4): 491-518.

SIVERSON, Randolph M. (1995). Democracies and war participation: in defense of the institutional constraints argument. **European Journal of International Relations**, 1 (4): 481-490.

SNYDER, Jack; MANSFIELD, Edward D. (1999). Democratization and the danger of war. In BROWN, Michael E.; OWEN, R. Coté; LYNN- JONES JR., Sean M.; MILLER, Steven E. (orgs.). **Theories of war and peace: an international security reader**. Cambridge: The MIT Press.

SPIRO, David E. (1994). The insignificance of the liberal peace. **International Security**, 19 (2): 50-56.

TUCÍDIDES (1987). **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: IPRI.

WALTZ, Kenneth N. (2001). **Man, the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press.

_____. (2002). **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva.

WIGHT, Martin (2002). **A política do poder**. Brasília: UnB.

WILLIAMS, Paul D. (2008). War. In _____. **Security Studies: an introduction**. New York: Routledge, 151-170.

WILSON, Woodrow (1918). **President Wilson's Fourteen Points**, publicado em The World War I Document Archive [http://wwi.lib.byu.edu/index.php/President_Wilson's_Fourteen_Points]. Disponibilidade: 01/05/ 2012.